

Avanço dos radicais no Iraque põe em perigo mercado petrolífero e ameaça Ocidente

Caso jihadistas controlem petróleo iraquiano, haverá graves consequências para a região e o mundo

Por: ALBERTO ROJAS MOSCOSO, 09/07/2014 7:00

“Grave” é a palavra usada pelo ministro das Relações Exteriores da França, Laurent Fabius, ao se referir a atual situação no Iraque, onde, no dia 29 de junho, a milícia sunita Estado Islâmico (ex-Isis) proclamou unilateralmente o nascimento de um califado. Segundo os militantes, o líder Abu Bakr al Bagdadi será o único califa e o resto das agrupações jihadistas do mundo devem a ele lealdade e obediência.

A ideia de um califado que se estenda sobre Espanha, Balcãs, Oriente Médio, Norte da África e partes da Ásia parece um delírio. Mas os extremistas poderiam conseguir importantes avanços neste sentido caso se apoderem da principal riqueza do Iraque: o petróleo.

Com reservas provadas de petróleo equivalentes a 141 mil milhões de barris, o Iraque é o quinto país mais importante nesta categoria. E, com 3,6 milhões de barris produzidos por dia, é o segundo maior produtor dentro da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep). Uma riqueza que ao mesmo tempo parece uma maldição, já que representa o principal despojo da luta sectária que vive o país, e que as grandes potências ocidentais tem buscado controlar durante décadas.

Uma produção-chave

As reservas iraquianas não estão repartidas de forma homogênea. Quase 60% delas encontram-se no sul do país, controlado pelos sunitas, enquanto que outros 17% se localizam no Nordeste, na zona curda. De forma que, até o momento, a produção e exportação de petróleo iraquiana parece estar garantida.

Mas, enquanto o preço do barril de petróleo brent está em US\$ 114 (R\$ 252), não são poucos os que se perguntam o que passaria com o mercado petrolífero se o Iraque interrompesse as exportações.

— O mundo provavelmente poderia compensar a perda dos campos petrolíferos do Iraque. A interrupção (das exportações de petróleo) sem dúvida afetaria os preços mundiais, mas há outras novas fontes de produção. Por exemplo, somente os Estados Unidos têm produzido 2,5 milhões de barris por dia, nos últimos anos — ressalta o especialista em terrorismo e segurança Benjamin Friedman, do Instituto Cato.

Neste sentido, o uso progressivo da fraturação hidráulica (“fracking”) “tem permitido que, hoje, os EUA produzam quase 10% do petróleo mundial e, para 2020, vamos ultrapassar a Arábia Saudita como o maior produtor”, assegura o analista do Instituto Hudson, Arthur Herman.

— Isto permitirá que os Estados Unidos tenham que se preocupar cada vez menos com o que ocorrer no Iraque, Líbia, Bahrein ou Arábia Saudita — acrescenta Herman.

No entanto, também existem visões muito mais pessimistas. De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE) — criada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), após a crise do petróleo de 1973 — a violência no Iraque põe em perigo as projeções de produção da mesmíssima OPEP para 2019.

A razão? Este “cartel petrolífero” apostava que 60% do aumento na produção de petróleo viria do Iraque ao longo dos próximos cinco anos. E chegaria a 9 milhões de barris em 2035, superando a Arábia Saudita. O que se tornaria um nada, se os insurgentes sunitas tomarem o controle dos poços em Basra, no sul do país.

A isto se soma o fato de que outros membros da Opep, hoje, estão sendo afetados. A Líbia já reduziu a produção em 200 mil barris devido à violência interna, e o Irã permanece sob sanções ocidentais.

E embora esteja praticamente descartada uma nova intervenção ocidental para proteger as reservas do Iraque, isto não significa que as grandes potências as deixem à própria sorte. Afinal, depois de tudo, essas potências foram envolvidos nesta situação ao longo da História.

A mão do Ocidente

Após a queda do Império Otomano, em 1921, os britânicos colocaram o rei Faisal al-Hussein à frente de um novo país chamado Iraque e, em 1925, Londres entregou a exploração das reservas de petróleo à Companhia Turca de Petróleo, por trás da qual figuravam a Companhia Anglo-Persa de Petróleo (atual British Petroleum), com participação de 50%, o Deutsche Bank (25%) e a Royal Dutch Shell (25%).

A influência britânica se manteve durante grande parte do século XX. E quando Saddam Hussein chegou ao poder, em 1979, o Ocidente — em especial Washington — tolerou o governo ditatorial (que manteve o petróleo em mãos iraquianas). Até que, em agosto de 1990, O Iraque invadiu o pequeno emirado do Kuwait, iniciando a Primeira Guerra do Golfo.

Depois da derrota, em fevereiro de 1991, o Iraque ficou sob um embargo de petróleo da ONU, que só permitiu exportações para financiar a compra de alimentos e remédios. Uma tentativa em vão de tentar a queda natural de Hussein. O que não ocorreu até 2003, quando o presidente George W. Bush ordenou a invasão do Iraque sob a acusação de o país ter armas de destruição em massa e ligações com a al-Qaeda.

— A invasão liderada pelos EUA e Reino Unido, em 2003, teve muitos perdedores, mas também “vencedores”. As grandes companhias petrolíferas ocidentais, muitas das quais deram apoio fundamental para os governos Bush e (Tony) Blair, agora, pela primeira vez desde a década de 1970, mantêm um grande controle dos campos de petróleo do Iraque — analisa a especialista em

assuntos energéticos Antonia Juhasz, autora dos livros “The Tyranny of Oil” (“A Tirania do Petróleo”, 2009) e “Black Tide: The Devastating Impact of the Gulf Oil Spill” (“Maré Negra: O impacto devastador do derramamento de óleo no Golfo”, 2011).

— Empresas como Exxon, BP, Chevron, Occidental, Shell, Total, Halliburton, Hess, Hunt e Marathon, hoje, operam no Iraque ou têm contratos para operações. Este é um pedaço da torta do petróleo mundial que as empresas ansiavam por muito tempo e a qual não pretendem renunciar. Mas é muito pouco provável que os atuais governos dos EUA e britânico estejam dispostos a respaldar militarmente este compromisso, ao contrário dos antecessores — acrescenta Juhasz.

Em 2011, Barack Obama cumpriu a promessa de campanha e retirou as tropas americanas do Iraque, assegurando que seus soldados não voltariam. Mas como nem o Exército, nem a polícia iraquiana conseguem deter o Estado Islâmico, parece uma questão de tempo para o Ocidente volte a intervir.

Líder do Estado Islâmico em público

O líder do grupo terrorista Estado Islâmico, Abu Bakr al-Baghdadi, autoproclamado “califa”, apareceu em público pela primeira vez em um vídeo, divulgado ontem na internet pela milícia islamista.

Até agora, só haviam sido difundidas algumas fotografias de al-Baghdadi, de modo que as imagens da aparição em público, usando turbante preto e com uma longa barba, durante as orações de sexta-feira na Grande Mesquita de Mossul, adquirem grande relevância.

No sermão, al-Baghdadi conclamou os seguidores a obedecer-lhe se ele obedece a Deus, e a continuar o caminho da jihad, porque é “a via do orgulho”:

— Sou o wali (líder) designado para dirigi-los, mas não sou melhor do que vocês. Se pensam que tenho razão, ajudem-me. Se creem que estou equivocado, aconselhem-me.

A criação de um país

O Iraque nasceu das ruínas do derrotado Império Otomano (1918), produto dos interesses petrolíferos ocidentais. Durante o conflito, os britânicos intervieram ativamente na região para sublevar as tribos locais contra os otomanos, em troca de oferecer-lhes a independência. E o principal agente foi o coronel T.H. Lawrence, o famoso “Lawrence da Arábia”.

Mas a França e o Reino Unido não esperaram o fim da guerra e formalizaram a divisão dos territórios otomanos através do acordo secreto Sykes-Picot (1916). Dessa forma, estabeleceu-se o surgimento de novos países na Península Arábica, mas a França e o Reino Unido mantiveram o controle sobre o que então se conhecia como a Grande Síria e Mesopotâmia.

Da Conferência de Versalhes (1919) nasceu o Iraque, unindo três províncias do antigo império. Mas a Liga das Nações acordou que fosse uma colônia britânica, descumprindo as promessas feitas por Lawrence aos aliados durante a Primeira Grande Guerra.

Somente em 1932, o Iraque passaria a ser uma monarquia constitucional, a qual desapareceu após o golpe de Estado militar de 1958, quando Faisal II foi executado junto com toda a família.